DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 3560/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/6856/2013
PROTOCOLO	: 1412812
ÓRGÃO	: FUNDO DE INVESTIMENTOS ESPORTIVOS DE MS
RESPONSÁVEL	: FLÁVIO DA COSTA BRITTO NETO
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDESPORTE À ÉPOCA
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO Nº 20716/2012
CONVENENTE	: FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DE MATO GROSSO DO SUL
OBJETO	: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES REFERENTES AO PROJETO: 31º GRANDE PRÊMIO MATO GROSSO DO SUL DE CORRIDA PEDESTRE - 2012.
VALOR	: R$ 63.931,00
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos da prestação de contas do **Convênio de Cooperação Mútua nº 20716** (peça digital 06) celebrado, em 20 de novembro de 2012, entre a **Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul**, por meio do **Fundo de Investimentos Esportivos – FIE/MS**, neste ato representado pelo Diretor-Presidente da FUNDESPORTE à época, Senhor Flávio da Costa Britto Neto, e de outro lado, doravante denominada convenente, a **Federação de Atletismo de Mato Grosso do Sul**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.497.563/0001-04, neste ato representada por sua Presidente, Senhora Valéria Cristina Gonçalves Calháo Silva.

Constitui o objeto do Convênio em comento o repasse de recursos financeiros para a execução das ações referentes ao Projeto: 31º GRANDE PRÊMIO MATO GROSSO DO SUL DE CORRIDA PEDESTRE - 2012.

A vigência do Convênio em tela foi de 20 de novembro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012, nos termos da Cláusula Terceira (f. 03 da peça 06).

Foram destinados pela concedente para a realização deste Convênio recursos no valor de R$ 63.931,00 (sessenta e três mil novecentos e trinta e um reais), conforme Cláusula Décima Primeira do Termo de Convênio (f. 04, peça digital 06).

Em exame às peças que compõem os autos, depois de intimações e juntada de documentos, por meio da Análise “ANA-3ICE-10379/2015” (peça digital 27), a equipe técnica da 3ª Inspetoria de Controle Externo concluiu pela aprovação da presente prestação de contas.

No mesmo sentido, manifestou-se o ilustre representante do Ministério Público de Contas, por meio do Parecer “PAR - MPC - GAB.5 DR.JOAOMJR - 4709/2016” (peça digital 28), opinando favoravelmente à regularidade do Convênio em apreço.

É o relatório.

Passo a decidir.

Após o exame dos autos, observo que tanto a Equipe Técnica quanto o Ministério Público de Contas posicionaram-se favoravelmente pela aprovação desta prestação de contas do Convênio nº 20716 /2012.

Inicialmente, cumpre registrar que a publicação do extrato do Convênio e a remessa da documentação a este Tribunal de Contas foram realizadas dentro do prazo, nos termos do artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e do disposto na Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14 de dezembro de 2011.

A formalização do Convênio atendeu a todas as exigências legais aplicáveis à matéria, especialmente as prescritas no artigo 116, da Lei nº 8.666/93, estabelecendo com clareza as condições para sua execução, as responsabilidades das partes, não deixando dúvidas quanto à sua finalidade e o repasse dos recursos.

Quanto à execução financeira do Convênio nº 20716 /2012, o que se apresenta no processo é que os lançamentos estão de forma correta, sendo o repasse de recursos devidamente comprovado no valor de R$ R$ 63.931,00 (sessenta e três mil novecentos e trinta e um reais), atendendo, portanto, às determinações da

Lei nº 8.666/93 e alterações, do Decreto nº 11.261/03[1], bem como da Resolução da Secretaria de Fazenda nº 2093/2007[2], e demais legislação pertinente.

Mediante o exposto, amparado pela Análise elaborada pela Equipe Técnica da 3ª Inspetoria de Controle Externo, e acolhendo o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1. Pelo julgamento desta prestação de contas do Convênio nº 20716/2012 como **CONTAS REGULARES**, para efeito de quitação ao ordenador de despesas, Senhor Flávio da Costa Britto Neto, Diretor-Presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul à época dos fatos, nos termos do artigo 59, inciso I e artigo 60, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 171 e artigo 173, inciso IV, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013;
2. Pela intimação dos interessados acerca deste julgamento, com base no artigo 50, da Lei Complementar nº 160/2012.

É a decisão.

Determino que se remetam os autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 26 de abril de 2016.

JERSON DOMINGOS
CONSELHEIRO RELATOR

jfc

[1]. Trata das normas gerais dos Convênios e Instrumentos Similares.
[2]. Dispõe sobre o detalhamento dos procedimentos para celebração de Convênios e Instrumentos Similares.